

CIDADES

MEGA-SENA

SORTUDO
AINDA
NÃO
APARECEU

O prêmio de R\$ 1,8 milhão ainda aguarda o brasileiro ganhador do último sorteio da mega-sena. O concurso, que ocorreu no sábado, sorteou as dezenas 06, 08, 38, 50, 53 e 59. Segundo a Caixa Econômica Federal (CEF) o sortudo da capital realizou a aposta em uma casa lotérica do shopping Pátio Brasil e tem 90 dias, a contar da data do sorteio, para resgatar o prêmio. É hoje é dia de mais premiação. A partir das 20h, em Umuarama (PR), serão sorteadas as dezenas do concurso 1057, cujo prêmio estimado é de R\$1,6 milhão.

METRÔ

INTEGRAÇÃO
VALE NO SIA

Os 80 mil trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) já contam com cinco novos micro-ônibus operando em duas novas linhas. Os veículos fazem a ligação entre o SIA e o Metrô com passagem a R\$ 3 para quem utiliza os dois sistemas. Os três micro-ônibus da linha 124.5, de itinerário longo, passam pela Feira dos Importados, Estação Shopping, trechos 3, 2, 1, Setor de Transportes Rodoviários e Cargas e Setor de Oficinas Sul. A linha funciona de segunda a sexta-feira das 7h às 20h, com intervalo de 20 em 20 minutos. Já a linha 124.6 possui uma viagem mais curta e circula entre a Feira dos Importados, Estação Shopping, SIA trechos 3 e 2, também com funcionamento todos os dias, das 7h às 20h, em intervalos de 20 minutos. Para pagar menos nas linhas integradas, o passageiro deve ter o cartão de bilhetagem da Fácil.

CURSO

CIDADÃS
MEDIADORAS

Moradoras da Estrutural, Itapoã e Arapoanga começaram o curso de capacitação do Mulheres da Paz, que faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do governo federal. Elas serão preparadas para mediar conflitos e dar encaminhamentos para jovens nas comunidades onde moram, como forma de afastá-los das drogas e do crime. No total, 200 mulheres participam do programa. Elas receberão R\$ 190 por mês pelo trabalho. "Trata-se de pessoas da própria comunidade que serão treinadas para visitar a casa dos outros e tentar melhorar a vida de todos. Fazer com que as crianças frequentem as escolas, que diminuam as brigas entre marido e mulher, que não tenha nada errado", defendeu o governador José Roberto Arruda na aula realizada ontem no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

CRUZEIRO VELHO

Agefis multa moradores e emite 199 intimações para que eles derrubem, em 30 dias, muros erguidos em áreas públicas. Em reunião hoje, a comunidade tentará achar uma alternativa

DIEGO AMORIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Moradores do Cruzeiro Velho, região tombada de Brasília, estão apavorados com a ameaça do governo de demolir construções erguidas em área pública. Até ontem, a Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) havia entregue 199 intimações demolitórias no bairro. A ordem aos proprietários, multados em R\$ 597,58, é derrubar em um prazo de 30 dias os muros que invadem becos e áreas verdes ao redor das residências. Hoje à noite os moradores vão se reunir com o secretário de Ordem Pública, Social e de Controle Interno, Roberto Giffoni, para tentarem encontrar alguma alternativa.

As primeiras casas do Cruzeiro Velho começaram a ser construídas em 1958 e abrigavam servidores públicos federais vindos do Rio de Janeiro. Atualmente quase 10 mil pessoas moram nas 10 quadras residenciais do bairro. São 1.889 casas. No início, não havia muros nem grades em torno delas. Com o tempo, porém, moradores foram expandindo o terreno e cercando a área. Acabaram, assim, invadindo área pública. Primeiro um, depois o outro, em seguida o vizinho... Em 1996, o então deputado distrital Odilon Aires, morador do bairro, redigiu uma lei distrital que regularizava as ocupações. Dez anos depois, o Tribunal de Justiça do DF a decretou inconstitucional.

A operação do governo no Cruzeiro Velho começou na última sexta-feira e continua esta semana. Uma equipe de 35 fiscais identificou 248 becos. Pelo menos metade deles foi invadida. Cada beco tinha originalmente 10m. Alguns acabaram completamente "engolidos" pelas construções. Em outros, resta apenas o caminho para uma pessoa passar. Há também quem construiu quartos para aluguel nos espaços estreitos entre uma casa e outra. "Vamos dar um freio em quem acha que pode fazer o que quiser em área pública. Essas irregularidades não nasceram no nosso governo, mas não vamos tolerar a política do 'fato consumado'", comentou Giffoni.

Apesar do discurso firme, o secretário dirá aos moradores na reunião de hoje que o governo usará do bom senso antes de qualquer demolição. "Todos os que foram notificados estão sujeitos às derrubadas. Mas vamos agir com bom senso, sem aceitar abusos", disse. Cada caso, segundo Giffoni, será analisado separadamente pelo governo. Os moradores têm 20 dias para recorrer da notificação da Agefis. O administrador do Cruzeiro, João Roberto Castilho, disse que foi pego de surpresa pela operação. "Soube das notificações pela imprensa. Acho que agora não é o momento de radicalizar. Tem inocente e culpado nessa história", apaziguou.

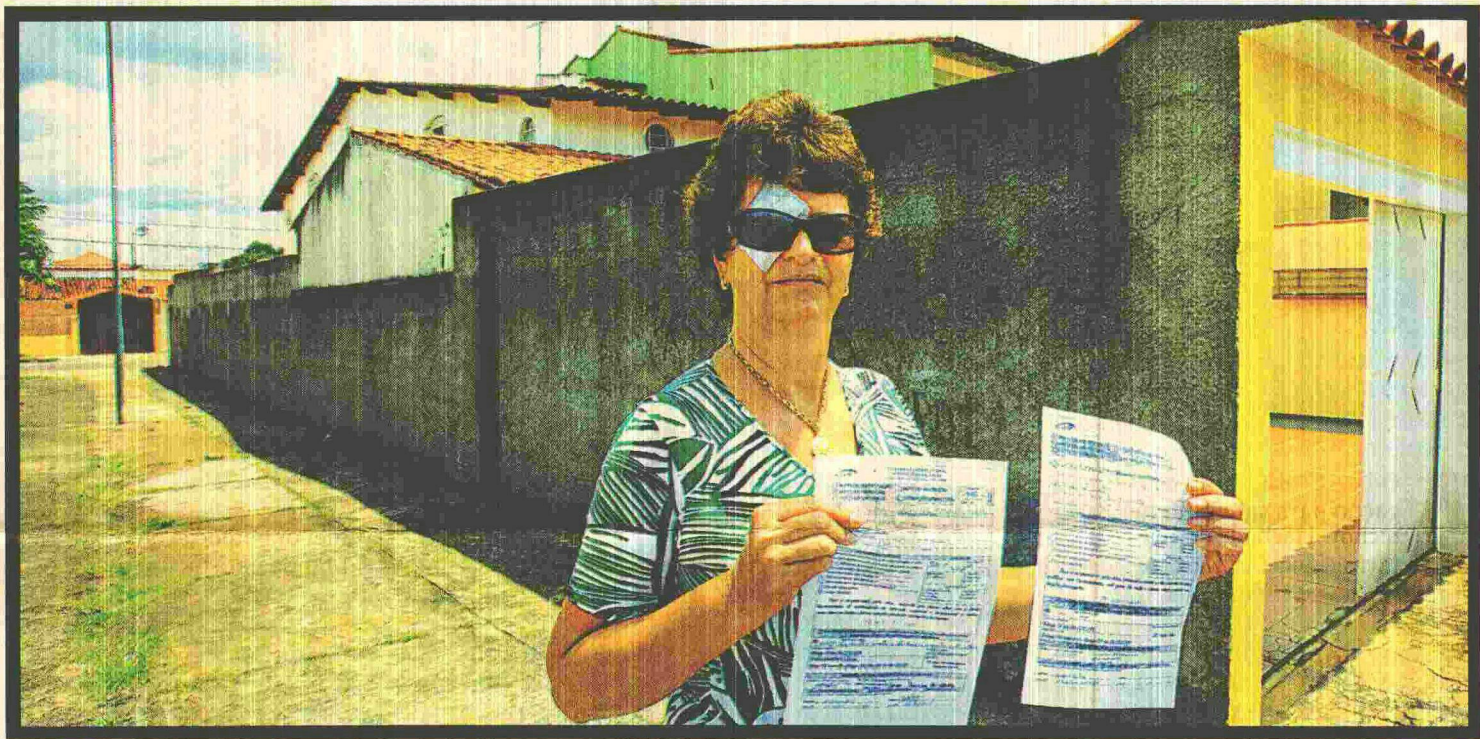
Sem dormir

O capitão do Exército aposentado Vicente de Paula, 72 anos, chegou ao Cruzeiro Velho em 1961. A casa, na Quadra 6, não era cercada. Anos mais tarde, a insegurança começou a rondar o bairro e ele decidiu cercar a residência para garantir a tranquilidade da família. "Ninguém tinha mais sossego", justificou. A obra invadiu o

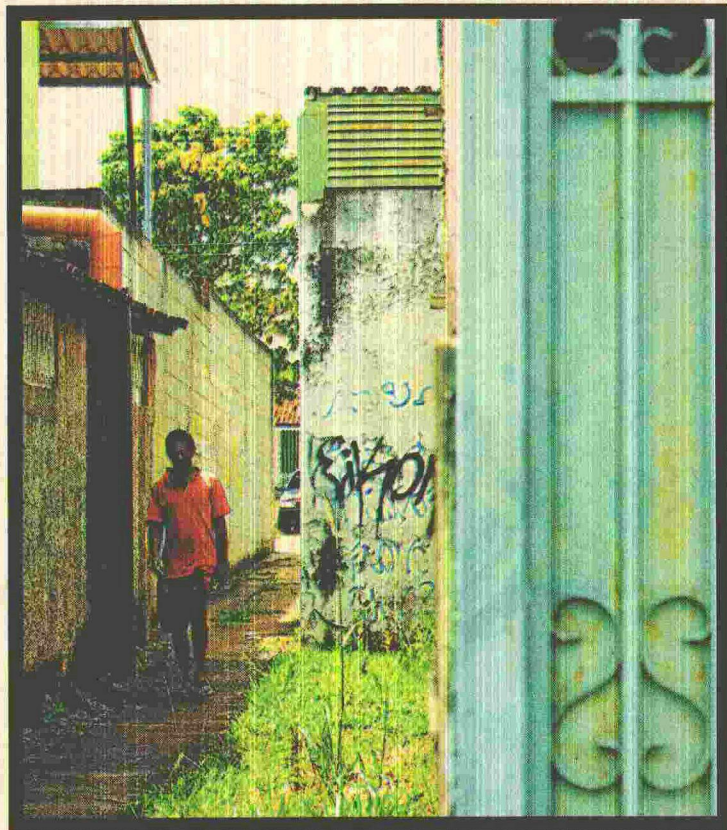
Fotos: Igo Estrela/Esp, CB/D.A. Press



AGENTES DE FISCALIZAÇÃO IDENTIFICARAM 248 BECOS NA CIDADE, SENDO QUE METADE FOI INVADIDA. ALGUNS ACABARAM "ENGOLIDOS" PELAS CONSTRUÇÕES



MIRIAN RENNÓ MOSTRA A NOTIFICAÇÃO QUE RECEBEU DO GOVERNO LOCAL: "SE FOREM DERRUBAR ALGUMA COISA, TERÃO DE DERRUBAR O CRUZEIRO INTEIRO"



ORIGINALMENTE COM 10M, PASSAGENS SÓ DEIXAM CAMINHO PARA UMA PESSOA

beco. Na última segunda-feira, Vicente foi notificado pela irregularidade de anos atrás. "Fui multado por uma obra que realizei na década de 70. Isso é um retrocesso", opinou o militar, que disse não ter conseguido dormir direito

preocupado com o futuro do lote.

Os moradores sustentam que os becos são usados por traficantes, pichadores e por pessoas que aproveitam a escuridão para fazer sexo entre os muros à noite. "O governo não oferece segurança e

Cercamento
autorizado

Os becos do Cruzeiro Velho foram ocupados ao longo dos anos por moradores das casas de esquina. Ao cercarem as residências, muitos construíram em áreas públicas, desrespeitando o tombamento do bairro. Em 1996, o então deputado distrital Odilon Aires (PMDB) editou a Lei 1.063, autorizando o cercamento dos lotes com a colocação de grades nas laterais, na frente e nos fundos das residências. A lei, sancionada pelo então governador Cristovam Buarque, dizia, por exemplo, até onde o morador poderia estender o terreno. A lei vigorou durante 10 anos.

a gente não pode botar um muro para se proteger? Se forem derrubar alguma coisa, terão de derrubar o Cruzeiro inteiro", protestou a aposentada Mirian Célia Rennó, 54 anos, vizinha de Vicente. "A gente cuida dos becos porque o

Em 2006, o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do DF decretou a norma inconstitucional. Os magistrados acolheram a alegação do Ministério Público de que a lei afrontava princípios de legalidade, moralidade e impessoalidade, além de propiciar a ocupação desordenada. Mesmo assim, muitos continuaram a invadir os espaços. Agora, o GDF quer que os becos e as áreas verdes estejam livres de construções. As intimações demolitórias estão sendo expedidas com base no Decreto 25.856/05, que regulamenta a lei distrital 2.105/98. A legislação em questão disciplina toda e qualquer obra de construção, modificação ou demolição de edificações no DF.

governo não cuida. Temos consciência de que estamos irregulares, queremos chegar a um acordo", afirmou o presidente da Associação Regional dos Amigos e Moradores do Cruzeiro, Gervásio Gonçalves.

NOROESTE

Licitação
ameaçada

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério Público Federal recomendou ontem a suspensão

das licenças ambientais já concedidas ao Setor Noroeste até que seja garantida a preservação da comunidade indígena da região.

O Ibama autorizou o licenciamento ambiental do novo bairro depois da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta entre o órgão, o GDF e o Ministério Público Federal. O acordo foi fechado em 18 de julho do ano passado. A partir do TAC, a Terracap

conseguiu a licença de instalação e o registro em cartório da área. Mas no último dia 6 de março, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF decidiu não homologar o termo, que foi considerado nulo.

A partir do cancelamento do TAC, o Ministério Público entendeu que não há mais base legal para a concessão da licença. "Isso demanda a imediata suspensão de seus efeitos e a paralisação de

quaisquer atos relativos à implantação do empreendimento, inclusive eventual transmissão de domínio e respectivo registro de lotes", diz a recomendação da procuradora Luciana Loureiro Oliveira. Se a licença ambiental de instalação for oficialmente cancelada, isso pode gerar um efeito cascata, já que o registro em cartório também seria suspenso e, consequentemente, as licitações

realizadas seriam anuladas.

O presidente da Terracap, Antônio Gomes, diz que as licenças ambientais foram emitidas com a observância de todas as exigências legais. "Espero que o Ibama ouça a Terracap e a Justiça antes de suspender a licença. Já oferecemos pelo menos cinco opções de áreas para a transferência dos indícios, mas os indígenas nunca responderam", diz Antônio Gomes.